

## LEGISLAÇÃO APLICADA AO MPU

**01.** Assinale a alternativa falsa.

- a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado.
- b) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- c) Ao Ministério Público somente é assegurada autonomia funcional.
- d) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa.
- e) Incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

**02.** Quanto a elaboração da proposta orçamentária, podemos afirmar que

- a) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária sem limites a seguir.
- b) Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária anterior.
- c) Se a proposta orçamentária não estiver dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
- d) Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, mesmo se previamente autorizadas.
- e) Ao Ministério Público não compete elaborar proposta orçamentária.

**03.** Assinale a alternativa falsa.

- a) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
- b) Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da Lei complementar respectiva.
- c) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- d) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República.
- e) O Procurador-Geral da República deverá ter no mínimo trinta e cinco anos.

**04.** Leis Complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros as seguintes garantias:

- a) vitaliciedade, após três anos de exercício, podendo perder o cargo em qualquer hipótese.
- b) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- c) inamovibilidade, mesmo que por motivo de interesse público.
- d) redutibilidade de subsídio em qualquer caso.
- e) vitaliciedade, após dois anos de exercício não podendo perder o cargo em qualquer hipótese.

**05.** São vedações impostas aos membros do Ministério Público, exceto

- a) Exercer a advocacia.
- b) Exercer atividade político-partidária.
- c) Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílio ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- d) Participar de sociedade comercial, na forma da lei.

e) Expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva.

**06.** São funções institucionais do Ministério Público, exceto

- a) Promover, exclusivamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- b) Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos.
- c) Promover o inquérito civil.
- d) Promover a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- e) Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

**07.** Assinale a alternativa correta.

- a) A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto na Constituição e na lei.
- b) As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes de carreira.
- c) Os integrantes de carreira deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.
- d) O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.
- e) Todas as respostas acima estão corretas.

**08.** No que tange ao Conselho Nacional do Ministério Público, assinale a alternativa falsa.

- a) Compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República.
- b) Compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples do Senado Federal, para um mandato de dois anos.
- c) Será admitida uma recondução.
- d) Os membros do Conselho oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei.
- e) O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho.

**09.** Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe, exceto

- a) zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público.
- b) Receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, exceto contra seus serviços auxiliares.
- c) Rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público ou dos Estados julgados há menos de um ano.
- d) Elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País.
- e) Apreciar de ofício ou mediante provocação a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados.

**10.** O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes

- a) receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado;
- b) exercer funções executivas do Conselho;
- c) exercer funções de inspeção e correição geral;

- d) requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.
- e) Todas as respostas acima estão corretas.

- 11.** O Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial tendo em vista:
- a) o respeito aos fundamentos do Estado Democrático de Direito, aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, aos princípios informadores das relações internacionais, bem como aos direitos assegurados na Constituição Federal e na lei;
  - b) a prevenção e a correção de ilegalidade ou de abuso de poder;
  - c) a indisponibilidade da persecução penal;
  - d) a competência dos órgãos incumbidos da segurança pública.
  - e) Todas as respostas acima estão corretas.

- 12.** Incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, exceto:
- a) instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos;
  - b) requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial e de inquérito policial militar;
  - c) requisitar à autoridade competente a instauração de procedimentos administrativos, ressalvados os de natureza disciplinar, podendo acompanhá-los e produzir provas.
  - d) Acompanhar os inquéritos policiais e apresentar provas;
  - e) Julgar as ações penais.

- 13.** Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União poderá, nos procedimentos de sua competência:
- a) notificar testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada ou justificada;
  - b) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades somente da Administração Pública direta;
  - c) requisitar informações e documentos a entidades privadas;
  - d) ter acesso condicional aos bancos de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública;
  - e) ter livre acesso somente nos locais públicos.

- 14.** Assinale a alternativa falsa.
- a) O membro do Ministério Público será civil e criminalmente responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar; a ação penal, na hipótese, poderá ser proposta também pelo ofendido, subsidiariamente, na forma da lei processual penal.
  - b) Nenhuma autoridade poderá opor ao Ministério Público, sob qualquer pretexto, a exceção de sigilo, sem prejuízo da subsistência do caráter sigiloso da informação, do registro, do dado ou do documento que lhe seja fornecido.
  - c) A falta injustificada e o retardamento indevido do cumprimento das requisições do Ministério Público implicarão a responsabilidade de quem lhe der causa.
  - d) As correspondências, notificações, requisições e intimações do Ministério Público quando tiverem como destinatário o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, membro do Congresso Nacional, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro de Estado, Ministro de Tribunal Superior, Ministro do Tribunal de Contas da União ou chefe de missão diplomática de caráter permanente serão encaminhadas e levadas a efeito pelo Procurador-Geral da República ou outro órgão do Ministério Público a quem essa atribuição seja delegada, cabendo às autoridades mencionadas fixar data, hora e local em que puderem ser ouvidas, se for o caso.

e) As requisições do Ministério Público serão feitas fixando-se prazo razoável de até cinco dias úteis para atendimento, prorrogável mediante solicitação justificada.

**15.** Ao Ministério Público da União é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe:

- a) propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, bem como a fixação dos vencimentos de seus membros e servidores;
- b) prover os cargos de suas carreiras e dos serviços auxiliares;
- c) praticar atos próprios de gestão.
- d) organizar os serviços auxiliares.;
- e) todas as respostas estão corretas.

### GABARITO

**01. C**

**Comentários:** Art. 127, § 2º da Constituição Federal. Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa.

**02. C**

**Comentários:** Art. 127, § 5 da Constituição Federal. Se a proposta orçamentária for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do art. 3º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

**03. A**

**Comentários:** Art. 128, § 2º da Constituição Federal. A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

**04. B**

**Comentários:** Art. 128, § 5º, I, "a" e "b" da Constituição Federal. A vitaliciedade é garantida, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

**05. E**

**Comentários:** Art. 129, VI da Constituição Federal. Trata-se de função institucional do Ministério Público.

**06. A**

**Comentários:** Art. 129, I da Constituição Federal. Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.

**07. E**

**Comentários:** Art. 129, § 1º, 2º e 3º da Constituição Federal.

**08. B**

**Comentários:** Art. 130-A da Constituição Federal. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos.

**09. B**

**Comentários:** Art. 130-A, § 2º, III da Constituição Federal. Receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus

serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição (...).

**10. E**

**Comentários:** Art. 130-A, § 3º, I, II e III da Constituição Federal.

**11. E**

**Comentários:** Art. 3º da Lei Complementar 75/93.

**12. E**

**Comentários:** Ao Ministério público não cabe o julgamento das ações penais. Esta função compete ao Poder Judiciário.

**13. C**

**Comentários:** Art. 7º e incisos da Lei 75/93.

**14. E**

**Comentários:** Art. 7º, § 5º da Lei 75/93. As requisições do Ministério Público serão feitas fixando-se prazo razoável de até dez dias úteis para atendimento, prorrogável mediante solicitação justificada.

**15. E**

**Comentários:** Todas as opções estão corretas, conforme art. 22 da lei 75/93.

